OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS

Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064

DOSSIÊ - RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO: ENTRE DILEMAS E POSSIBILIDADES

Humanidades Públicas: extensão universitária, responsabilidade social e os públicos extra-acadêmicos

Public Humanities: University extension, social responsibility, and the extra-academic audiences

Humanidades Públicas: Extensión universitaria, responsabilidad social y públicos extraacadémicos

Fernando Perlatto[1]
orcid.org/0000-0003-4301-0826
perlatto.fernando@ufjf.br

Diogo Tourino de Sousa[1]
orcid.org/0000-0001-6320-0614
diogo.tourino@ufjf.b

Recebido em: 31 mar.2025
Aprovado em: 06 out. 2025.
Publicado em: 30 out. 2026.

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre as práticas de extensão universitária desenvolvidas no campo das Humanidades e suas potencialidades no sentido de promover a responsabilidade social das instituições de ensino superior. Para tanto, o texto discute a extensão no Brasil e, em diálogo com a bibliografia especializada, propõe o conceito de "Humanidades Públicas" para a compreensão de diferentes iniciativas desenvolvidas por pesquisadores das Ciências Humanas voltadas para o conhecimento público, o diálogo público e a intervenção pública. O artigo analisa alguns exemplos de práticas extensionistas de modo a ilustrar de que maneira elas têm se conformado como espaços para a democratização do conhecimento, para a promoção de uma interlocução com públicos extra-acadêmicos e para a contribuição com a formulação de políticas públicas, fortalecendo, com isso, a responsabilidade social das universidades.
Palavras-chave: Humanidades Públicas; extensão; universidades; responsabilidade social.

Abstract: This article aims to reflect on university extension practices in the field of Humanities and their potential to promote social responsibility in higher education institutions. For this purpose, the text discusses extension in Brazil and, in dialogue with the specialized bibliography, proposes the concept of "Public Humanities" to understand the different initiatives developed by Humanities researchers aimed at public knowledge, public dialogue, and public intervention. The article analyzes some examples of extension practices to illustrate how they enable knowledge democratization, dialogue with extra-academic audiences, and the development of public policies, thereby strengthening the social responsibility of universities.
Keywords: Public Humanities; extension; universities; social responsibility.

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar acerca de las prácticas de extensión universitaria desarrolladas en el ámbito de las Humanidades y su potencial para promover la responsabilidad social de las instituciones de enseñanza superior. Para ello, se discute la extensión en Brasil y, en diálogo con la bibliografía especializada, se propone el concepto de "Humanidades Públicas" para comprender las diferentes iniciativas desarrolladas por investigadores en Humanidades dirigidas al conocimiento público, al diálogo público y a la intervención pública. El artículo analiza algunos ejemplos de prácticas de extensión para ilustrar cómo esas se han convertido en espacios para democratizar el conocimiento, promover el diálogo con públicos para allá de la academia y contribuir a la formulación de políticas públicas, fortaleciendo así la responsabilidad social de las universidades.
Palabras clave: Humanidades Públicas; extensión; universidades; responsabilidad social.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

[1] Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

1 Introdução

Nos últimos anos, as universidades públicas têm se tornado objeto de importantes debates e disputas envolvendo setores acadêmicos, membros do poder público, grupos privados e movimentos sociais. A centralidade adquirida por essas instituições nas controvérsias presentes manifesta o modo como historicamente as instituições de ensino superior se configuraram como fundamentais para a vida moderna[2] Para além da formação de quadros profissionais para o mercado de trabalho e para as burocracias públicas e privadas, as universidades têm contribuído, sobretudo ao longo das últimas décadas, a fim de assegurar a mobilidade social de milhares de segmentos excluídos, além de promover a expansão e a popularização do conhecimento científico, colaborando, nesse sentido, tanto para a quebra de preconceitos e valores tradicionais outrora dominantes quanto com o aumento da reflexividade das sociedades em torno dos desafios existentes no processo de desenvolvimento e crescente democratização (Calhoun, 2009; Chauí, 2001; Salles, 2020).

Não obstante a importância das instituições públicas de ensino superior (IPES) para impulsionar os referidos processos destacados, é notável a maneira pela qual as universidades públicas em todo o mundo têm enfrentado crises diversas nas últimas décadas. O impressionante processo de expansão pelo qual essas instituições passaram após a Segunda Guerra Mundial foi seguido, a partir das décadas de 1970 e 1980, por uma crise significativa em decorrência do avanço das agendas neoliberais, que, a despeito dos distintos arranjos universitários identificados em experiências nacionais particulares, produziram, em vários países, um cenário de subfinanciamento por parte do Estado e converteram as universidades em produtos a serem disputados em um mercado cada vez mais competitivo. Não por acaso, tem-se verificado, em anos recentes, um movimento crescente no sentido de "comercializar" externamente as universidades como empresas globais, cada vez mais interessadas em atrair um público com foco na obtenção de diplomas de ensino superior de instituições com selo internacional, conforme observamos, dentre outros, no processo de competição pelo bom posicionamento em índices de "qualidade" divulgados pela grande imprensa com o objetivo de ranquear as instituições mais "atrativas" (Newfield, 2011; Ruch, 2001; Thayer, 2002).

Esses processos recentes de mercantilização, aliados ao subfinanciamento que afeta fortemente as instituições, promoveram mudanças estruturais nas universidades, impactando diretamente sua missão pública (Burawoy, 2011; Calhoun, 2011; Perlatto, 2013). A despeito do quadro desafiador imposto por tais transformações, muitas universidades vêm buscando maneiras alternativas de manter suas práticas e valores associados com a democratização social e com as questões prementes da agenda pública, além de reforçar seus vínculos com públicos extra-acadêmicos. No caso das instituições brasileiras, a extensão universitária tem se mostrado como uma das possibilidades institucionais com grande potencial para a afirmação e o fortalecimento do compromisso público das universidades com a responsabilidade social e o desenvolvimento do país.

Ancorada sob o princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a extensão universitária, definida como "um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (Forproex, 2013, p. 42), figura como prática longeva entre os quadros universitários brasileiros, que sofreu, decerto, significativas transformações no decurso dos anos. Conforme a discussão aqui proposta, tal prática abrigou historicamente uma pluralidade de ações que, em tempos recentes, vem fortalecendo o engajamento das humanidades com pautas caras ao processo de construção da democracia e enfrentamento das diversas formas de desigualdades.

---

[2] O texto adota, em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária que será melhor tratada a seguir, a nomenclatura "instituições públicas de educação superior" (IPES), por vezes referindo-se a elas como "universidades públicas", para abranger toda a diversidade de modelos existentes, tais como universidades, centros de ensino e faculdades federais, estaduais e municipais, bem como institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Forproex, 2013).

O presente texto procura, assim, refletir sobre as práticas de extensão universitária, com foco especial sobre aquelas desenvolvidas no campo das Ciências Humanas, de modo a evidenciar suas potencialidades no sentido de promover a responsabilidade social das IPES. Para tanto, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, a proposta é discutir a extensão no Brasil, com foco especial sobre a Política Nacional de Extensão Universitária e seus impactos sobre as demandas por responsabilidade social das universidades públicas, atentando, ainda, para os novos enquadramentos do debate fomentados a partir do Plano Nacional de Educação (2021-2024). Na segunda parte, o objetivo é articular a reflexão sobre a extensão com uma proposição teórica em torno do conceito de Humanidades Públicas, que tem por propósito abarcar iniciativas a partir das quais pesquisadores das Ciências Humanas têm perseguido a responsabilidade social da educação superior. Por fim, o artigo se concentrará na análise de alguns exemplos de práticas extensionistas desenvolvidas em universidades públicas, de modo a ilustrar de que maneira elas têm conformado espaços potentes para a popularização e democratização da ciência e da tecnologia na área das humanidades, para a promoção de uma interlocução efetiva com públicos extra-acadêmicos em distintos territórios, e para a contribuição com a formulação de políticas públicas, fortalecendo, com isso, a responsabilidade social da educação superior.

2 A responsabilidade social da educação superior e a extensão universitária

A universidade no Brasil assumiu historicamente uma dupla tarefa: por um lado, o papel de promotora de um determinado projeto de país contextualizado ante os desafios próprios impostos pela modernização, com foco no enfrentamento da exclusão e da discriminação; por outro, o de repensar seus conceitos e práticas, buscando sintonia com o que havia de mais moderno na reflexão internacional (Fernandes, 2020). Nessa direção, o lugar da universidade aqui discutido passa pelo entendimento da sua centralidade na democratização da sociedade, seja pela oferta de projetos de país infensos ao desejo predatório do mercado, seja pela inclusão e visibilidade conferida a sujeitos outrora silenciados. O fortalecimento desse lugar das instituições do ensino superior tem ocorrido em diálogo com iniciativas em escala global, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas, que prioriza, dentre outras iniciativas, a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero, a redução das desigualdades e a defesa de consumo e produção sustentáveis. A extensão universitária, em particular, desempenha um papel central para a promoção dessas dimensões (Sousa, 2017). Em outras palavras, a extensão tem se configurado, no presente, como uma importante forma de inscrição e atuação dos intelectuais no mundo público, ao permitir que o ensino e a pesquisa avançados no interior das universidades encontrem espaços de diálogo com a sociedade em geral, construindo públicos, organizando discussões e buscando alternativas para os desafios políticos e sociais encontrados (Deus, 2020; Forproex, 2013; Sousa; Perlatto, 2017).

Já na Constituição de 1988, em seu artigo 207, as universidades foram normatizadas como parte do sistema educacional brasileiro, dotadas de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e tributárias do "princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 2023, grifo nosso). Tal característica, por vezes tomada como cobrança excessiva por parte dos seus críticos, deve, contudo, ser apreendida não de forma individual, mas como uma virtude institucional de seus praticantes. Dito de outro modo, a Constituição sinaliza como as universidades devem ocupar-se do ensino, da pesquisa e da extensão, fomentando suas práticas e responsabilizando-se pelas ações, ainda que a pluralidade do seu corpo profissional manifeste, individualmente, predileções distintas.

Tal entendimento indica, com efeito, a centralidade da extensão como instrumento de produção e popularização do conhecimento, e mesmo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural, por meio da associação com políticas

públicas, ou mesmo em decorrência da mobilização das instituições de ensino e comunidades parceiras na execução e promoção das ações (Deus, 2020; Nogueira, 2013). Decerto, as ações extensionistas encontram, hoje, na Política Nacional de Extensão Universitária um importante documento de orientação e defesa da prática (Forproex, 2013). Contudo, seu processo de institucionalização nas universidades não foi simples, mesmo na conceituação do que deveria pautar a relação entre o saber científico e a sociedade externa, o que cobra o entendimento de alguns marcos no processo, inclusive como forma de apreensão da ideia de Humanidades Públicas conforme identificamos no presente.

A extensão universitária no Brasil foi conformada por duas vertentes específicas: de um lado, a matriz europeia, surgida no contexto das universidades populares, marcada pela proximidade com a população; de outro, a matriz norte-americana, que priorizou a prestação de serviços e a transferência de tecnologia (Ziller et al., 2010). Este último modelo exerceu grande influência no país, notadamente na construção dos cursos de Ciências Agrárias, responsáveis por boa parte das práticas extensionistas ao longo do século XX, pautadas pelo uso persuasivo da comunicação e contando com expressivo investimento do Estado (Coelho, 2014; Freire, 1977)[3] .

No processo de institucionalização da extensão universitária no Brasil, a Lei Básica da Reforma Universitária de 1968 (n. 5540/68) figura como um importante marco normativo. A lei apontou a necessidade da institucionalização das ações em extensão, afirmando que as instituições de ensino superior deveriam proporcionar "aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento" (Forproex, 2013, p. 19).

Em 1974, por sua vez, foi decisiva a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (Codae), com significativa atuação entre 1974 e 1979. A Coordenação foi responsável pela confecção do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, que, dentre outras, afirmava a extensão como a ação através da qual a instituição "estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido da retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa" (MEC/DAU, 1975 apud Nogueira, 2013, p. 37).

O documento elaborado pela Codae passou, com efeito, a definir a extensão como uma ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido predominante de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Logo, as camadas populares deixaram de ser objeto (ou público-alvo, conforme nomenclatura corrente), e passaram a ser sujeito (ou parceiros) na ação extensionista, o que representou um avanço significativo em relação à noção de extensão universitária presente nas décadas anteriores (Forproex, 2013). Conforme discutido a seguir, tal característica contribuirá de forma decisiva para a conformação de uma ideia de Humanidades Públicas e suas potencialidades no processo democratização da sociedade, precisamente ao permitir que a ida dos atores próprios do mundo universitários aos territórios distantes de sala de aula e dos laboratórios de pesquisa seja pautada pelo diálogo e pela troca de saberes.

Os anos de 1980 representam, por certo, um contexto crítico para a sociedade brasileira em diversas dimensões, impactando naturalmente as discussões sobre a extensão universitária e os rumos da universidade. A mobilização da sociedade civil pela reconstrução do Estado democrático atinge também a universidade, que passa a ser cobrada em seu compromisso com as classes menos favorecidas (Fernandes, 2020). Nessa direção, a partir do final da década de 1980, com a

[3] A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) é, ao lado da Universidade de Lavras-MG (UFLA) e da Universidade de São Paulo (USP), uma das precursoras na extensão universitária no país, desenvolvendo atividades desde a década de 1920, fortemente influenciada pelo modelo americano de prestação de serviços. Todavia, na década de 1960, o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) e o Projeto Rondon cumpriram, a despeito de sua subordinação à política de segurança nacional, um importante papel. Conforme destaca a Política de Extensão, ambas as iniciativas foram capazes de propiciar aos jovens universitários do país uma experiência junto às comunidades rurais, levando a universidade para outros territórios e estabelecendo vínculos externos (Forproex, 2013).

criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FPREUPB), a concepção corrente acerca da prática começou a sofrer alterações relevantes. Na mesma época, a Constituição de 1988 estabeleceu, conforme há pouco mencionado, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio a ser seguido pelas universidades públicas. Isso fez com que progressivamente as normativas acerca da extensão conferissem nova dinâmica aos processos pedagógicos no interior das instituições, ainda que a predominância das práticas pautadas pela lógica da prestação de serviços e da transferência de tecnologia permanecessem uma realidade (Ziller et al., 2010) [4].

É importante ressaltar que, paralelamente a esse processo, ocorreu a realização do primeiro encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (Forproex), em 1987, que figura, por sua vez, como um marco no desenvolvimento da presente compreensão ao definir a extensão universitária como uma via de mão dupla, em que universidade e sociedade se transformariam de modo contínuo (Deus, 2020)[5] . Segundo o documento resultante do encontro, a troca dos saberes tem como consequência a participação efetiva da comunidade na universidade, ultrapassando a definição da transferência de tecnologia como definidora da relação entre os atores próprios do mundo universitário e seus públicos extra-acadêmicos em distintos territórios (Forproex, 2013).

Assim, durante a década de 1990, com ativa participação do Ministério da Educação (MEC), foram criados o Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proext) e o Plano Nacional de Extensão, publicado em 1999. Este documento amplia definições conceituais e metodológicas da prática, trazendo agora a noção de interdisciplinaridade como recomendação das ações extensionistas. O Plano é precursor, ainda, em eleger diretrizes para a extensão universitária, em parte próximas ao que será consolidado na década seguinte, na Política Nacional de Extensão Universitária, em 2012 [6]. Este documento foi elaborado pelo Forproex com o objetivo de orientar as ações da extensão universitária no país. Assim, a despeito da existência de múltiplas concepções acerca da extensão hoje, a Política constitui uma referência inescapável nas discussões em curso, decantada, inclusive, nas distintas Políticas Institucionais de Extensão identificadas em várias instituições de ensino (Institucionalização [...], 2006), num primeiro momento, e no Plano Nacional de Educação (2014-2024), num segundo momento, documento este que será decisivo no debate sobre a curricularização das práticas de extensão nos cursos de graduação[7] , abrindo um importante debate ainda em curso (Brasil, 2014).

Conforme argumento aqui em curso, é decisivo para o conceito de Humanidades Públicas, que será desenvolvido na seção posterior, o estabelecimento de uma série de objetivos com foco na democratização, no desenvolvimento da sociedade e no enfrentamento das diversas formas de desigualdade, indicados pela Política Nacional de Extensão Universitária, tais como conquistar o reconhecimento do Poder Público e da sociedade "para a Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação da Universidade integrada

---

[4] A Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2013) concebe cinco modalidades próprias da extensão universitária, a saber: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços. Em discussões recentes, foi incluída a modalidade oficinas como um desdobramento do curso, mas de carga-horária reduzida. Logo, a persistência de distintos modelos de orientação das ações não exclui a pluralidade de práticas possíveis abrigadas sob o rótulo abrangente da extensão. Ainda assim, o argumento aqui em curso compartilha a defesa das potencialidades da concepção extensionista associada ao diálogo como forma, inclusive, de oxigenar as discussões realizadas no interior das pesquisas acadêmicas – algo que remonta, de alguma forma, ao uso dialógico da comunicação indicado por Paulo Freire (1977).

[5] A memória do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (Forproex), documentos e publicações importantes para o debate aqui proposto podem ser encontrados no portal da Rede Nacional de Extensão (RENEX), atualmente abrigado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/home. Acesso em: 24 mar. 2025.

[6] Conforme orientação da Política, a extensão universitária deve ser pautada por cinco diretrizes: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social (Forproex, 2013).

[7] A expressão refere-se à integração das atividades de extensão nos currículos dos cursos de ensino superior. Em alguns fóruns de discussão, tal processo vem sendo nomeado "creditação da extensão". Aqui, contudo, optou-se pela expressão corrente "curricularização", como forma de indicar uma significativa inflexão promovida acerca das matrizes curriculares nas universidades públicas.

a uma nova concepção de universidade e a seu projeto político institucional"; contribuir "para que a extensão universitária interfira na solução dos grandes problemas sociais do país"; defender "um financiamento público transparente e unificado destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programa e projetos das universidades"; priorizar práticas voltadas para o "atendimento de necessidades sociais (habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda, entre outras)" relacionadas com as áreas de "comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho"; considerar "as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais"; e, ainda, inserir "a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista" (Forproex, 2013, p. 14-16).

É sofisticado, portanto, o entendimento presente no documento, que aponta a universidade como parte da sociedade, sendo ela própria foco da ação extensionista ao sofrer seu impacto, se abrindo para a transformação no seu modo de produzir conhecimento e formar quadros através do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, as ações de extensão universitária surgem, em consonância com o argumento aqui em curso acerca das Humanidades Públicas, "como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham" (Forproex, 2013, p. 56).

No bojo dessa discussão, a promoção de ações de extensão no interior das universidades ganhou uma inflexão importante com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024). Fruto da Lei n. 13.005/2014, o documento figura como instrumento de planejamento e orientação do Estado democrático de direito para o aprimoramento das políticas do setor educacional (Brasil, 2014). A prática da instituição do PNE por meio da promulgação legal vigora no país desde os anos 1960. Todavia, é apenas com a Constituição de 1988 que o PNE surge como obrigação legal incontornável, abrindo a discussão sobre diretrizes que deveriam orientar o campo educacional no decênio próximo. Tal entendimento se justifica, com efeito, pela necessidade de firmar um rol de obrigações a serem cumpridas, para além da indicação de uma simples carta de intenções (Brasil, 2014, p. 14).

O presente Plano foi antecedido por uma ampla discussão que envolveu diversos atores da sociedade civil próximos ao campo da educação, tornando-se lei a partir de 2014. O documento chama a atenção para uma série de pontos relevantes, procedendo um acurado diagnóstico das carências e dos desafios da educação brasileira em seus diferentes níveis de ensino, além de propor sistemas de avaliação periódica e indicar os atores responsáveis por planejamento, execução e fiscalização das metas propostas.

Dentro dos propósitos do argumento aqui avançado, importa em particular o que o Plano estabelece em sua Meta 12, dedicada a elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior "assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público" (Brasil, 2014, p. 73).

A meta, decerto ambiciosa ante o quadro adverso da educação nacional, endossa a política de massificação do acesso à educação no país em curso a partir dos anos 1970, com reconhecido impacto no contexto de construção institucional da democracia entre nós (Burgos, 2012). Aqui importa, contudo, o estabelecimento de estratégias específicas que atualizam a política em curso, dedicando especial atenção ao tema da extensão universitária na estratégia 12.7 do PNE. Nesse sentido, segundo o documento, os entes responsáveis devem, para perseguir a meta proposta, "assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (Brasil, 2014, p. 74).

Ao jogar luz sobre a extensão universitária como estratégia de permanência dos estudantes no ensino superior, elegendo áreas de pertinência social como prioritárias, o PNE coroou, assim, uma longa discussão sobre o caráter das ações extensionistas como estratégias virtuosas de popularização e democratização da ciência e da tecnologia, além de reconhecer seu papel na ampliação do próprio conceito de sala de aula, progressivamente revitalizado por temas caros à agenda pública nacional. Ato contínuo, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de sua Câmara de Educação Superior, normatizou a curricularização da extensão prevista na Meta 12 do PNE, estabelecendo diretrizes em sua resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018 [8]. Nesse sentido, ao regimentar a estratégia 12.7, o CNE abriu uma ampla discussão nas universidades públicas do país, ensejando a revisão das matrizes curriculares e reabrindo o debate sobre a extensão como elemento importante na formação profissional.

Ainda que persistam sinceros desafios acerca das formas de financiamento, da adequação dos cursos às normas vigentes, ou mesmo do entendimento da extensão universitária em toda a complexidade do debate sobre produção do conhecimento e pluralidade de saberes (Deus, 2020; Fontenele, 2024; Sousa, 2017), a discussão instaurada pelo PNE reforçou a relevância do tripé definidor das universidades na Constituição de 1988. Mais do que isso, permitiu que ações em curso nas instituições chamassem a atenção dos gestores como estratégias promissoras de aproximação do saber universitário com públicos extra-acadêmicos, debate que vem mostrando potencial de envolver também os programas de pós-graduação[9].

Tendo em vista as questões expostas, é possível dizer que a extensão universitária, sobretudo da forma como conceituada pela Política Nacional de Extensão Universitária, vem ensejando uma virtuosa possibilidade de promover a responsabilidade social das universidades públicas. Na próxima seção, a intenção é articular a reflexão sobre a prática extensionista com uma proposição teórica em torno do conceito de Humanidades Públicas, que tem por objetivo abarcar iniciativas a partir das quais os pesquisadores das Ciências Humanas têm buscado promover a responsabilidade social das universidades.

3 Humanidades Públicas: Ciências Humanas, públicos extra-acadêmicos e extensão universitária

O campo das Ciências Humanas vem passando por transformações ao longo dos últimos anos. Uma das mudanças mais significativas tem sido a busca de pesquisadores da área no sentido de se engajarem mais diretamente nos debates na esfera pública, ampliando interlocução com públicos extra-acadêmicos, fortalecendo redes de diálogo com a sociedade civil e com o Estado, de modo a contribuir com a organização da agenda pública e a construção de políticas públicas. A compreensão quanto à urgência da necessidade do enfrentamento de determinadas temáticas que se tornam cada vez mais complexas nos dias atuais – como violência, desigualdade, mudanças climáticas e, em tempos recentes, a Inteligência Artificial –, somada ao cenário de fortalecimento de grupos de extrema-direita que vêm ocupando a esfera pública com discursos negacionistas e anticientificistas, tem levado diversos pesquisadores a se envolverem mais diretamente na prática e na reflexão em torno da dimensão pública das Ciências Humanas.

---

[8] As resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) podem ser acessadas no portal do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCES%20n%C2%BA%207,2024%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 24 mar. 2025.

[9] Iniciativas recentes do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), têm avançado no fomento da extensão não só no nível da graduação. Um exemplo é o Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (Proext-PG), ocupado, conforme fontes oficiais, em "promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão em interação com diversos segmentos da sociedade. [subsidiando] gestores públicos na formulação de políticas de natureza interdisciplinar que fomentem o desenvolvimento sustentável; a cidadania; a justiça; o fortalecimento da democracia; a participação social; a qualidade de vida; e a redução de assimetrias do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)" (Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/programa-de-extensao-na-pos-graduacao-e-ampliado. Acesso em: 25 mar. 2025).

Em decorrência disso, trabalhos recentes têm procurado investigar as responsabilidades sociais dos pesquisadores dedicados às Ciências Humanas, assim como seus limites e possibilidades no sentido de contribuírem com o debate público e o engajamento cívico em torno de temáticas diversas, para além dos muros das universidades (Brooks, 2014; Lewis, 2024; Smulyan, 2020; Sommer, 2014). As discussões em torno da ideia de "sociologia pública", por exemplo, que ganharam espaço no campo das Ciências Sociais no início dos anos 2000 a partir das reflexões realizadas pelo então presidente da American Sociological Association (ASA), Michael Burawoy (2005), são exemplares de agendas reflexivas orientadas para a proposição de ações direcionadas para a promoção de uma maior articulação entre sociólogos, esfera pública e públicos extra-acadêmicos. Tais proposições trouxeram para o centro da reflexão duas questões fundamentais, a saber, sociologia para que e sociologia para quem, que suscitaram debates substantivos entre os cientistas sociais em torno das possibilidades teóricas e práticas de uma "sociologia pública engajada", capaz de revitalizar o compromisso social perdido pelo campo disciplinar ao longo de décadas de institucionalização acadêmica (Clawson et al., 2007).

De modo semelhante, no campo historiográfico, ampliaram-se significativamente o debate teórico e a reflexão prática em torno da noção de "história pública". Embora esta expressão tenha aparecido pela primeira vez no mundo anglo-saxão a partir das reflexões de Robert Kelley (1978), ela ganhou maior impacto em décadas recentes, de modo a contemplar reflexões em torno das relações entre a produção acadêmica e não acadêmica do saber histórico, assim como analisar a inscrição da comunidade de historiadores nos debates públicos e suas diferentes formas de articulação com públicos não universitários. Assim, ao longo dos últimos anos, sobretudo em decorrência do avanço na esfera pública digital de discursos negacionistas sobre o passado, diversas iniciativas teóricas e práticas têm sido impulsionadas por historiadores com o propósito de engajar os profissionais da disciplina pertencentes a instituições de ensino superior em ações de divulgação científica e de ativismo no campo das disputas públicas de memórias (Gutman; Wüstenberg, 2023).

Essa agenda de reflexões, que procura pensar a relação entre as Ciências Humanas, a esfera pública e públicos extra-acadêmicos em distintos territórios, se constitui como um momento oportuno para a proposição de uma categoria específica, aqui denominada Humanidades Públicas. O termo tem por objetivo abarcar uma pluralidade de ações e de iniciativas de engajamento cívico realizadas por pesquisadores das Ciências Humanas, que buscam, em frentes variadas, envolver as universidades em ações de responsabilidade social mais amplas e estreitar os vínculos com públicos extra-acadêmicos, ultrapassando as fronteiras das instituições de ensino superior na promoção de diálogos continuados e trocas de experiências. Assim, com o objetivo de mapear a transformação em curso, o argumento aqui desenvolvido propõe três eixos centrais de ações que ancoram e articulam a noção de Humanidades Públicas, a saber: conhecimento público, diálogo público e intervenção pública. Tais eixos dialogam entre si e, muitas vezes, se confundem. Todavia, a título de reflexão, é possível pensá-los a partir de especificidades próprias, manifestas nas ações avançadas pelo campo das humanidades a partir da atuação de modo indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

O primeiro eixo está relacionado ao conhecimento público, e contempla iniciativas de engajamento cívico por parte de pesquisadores das Ciências Humanas direcionadas para a democratização do conhecimento científico produzido no âmbito das universidades. O que se objetiva, nesse sentido, é trazer a dimensão do caráter público das universidades para o centro da agenda reflexiva, reagindo ao questionamento proposto pela noção de sociologia pública, ou seja, ocupando-se da pergunta para quem se dirige a produção acadêmica. O corolário deste argumento é a defesa do estabelecimento de uma comunicação pública mais ampla e continuada das universidades, de modo geral, e das humanidades, em particular, com setores da sociedade externos à academia

(Calhoun, 2009). Tais ações relacionadas ao conhecimento público dialogam com iniciativas institucionais como a "ciência aberta" – que busca, a partir de práticas como Acesso Livre, Dados e Materiais Abertos e Códigos Abertos, tornar o conhecimento científico mais transparente e acessível para a comunidade acadêmica e para públicos externos –, mas também com atividades orientadas para a divulgação e popularização da ciência e da tecnologia, a partir de novos meios e linguagens que utilizam as mídias e as redes sociais para promoverem a democratização do conhecimento.

O segundo eixo proposto como ensaio de aproximação da ideia de Humanidades Públicas, intitulado diálogo público, indica ações voltadas para o estabelecimento de redes de interlocução entre pesquisadores da área das Ciências Humanas e públicos extra-acadêmicos em torno da compreensão e do enfrentamento de determinados "problemas públicos" (Cefaï, 2017), como a temática da segurança pública, a democratização das cidades e o combate às violências de gênero[10] . Em diálogo com noções como "pesquisa militante", por exemplo, este eixo contempla ações que são realizadas no sentido de promoverem espaços de interlocução entre pesquisadores das humanidades integrantes dos quadros das instituições de ensino superior e atores não universitários – a exemplo de militantes de movimentos sociais e representantes de organizações da sociedade civil – para a construção participativa do conhecimento e de ações de intervenção pública. O intuito principal dessas iniciativas é o de promover "investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas" para a "produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora" (Bringel; Varella, 2016, p. 482). Tais iniciativas contribuem, com efeito, para o diálogo e a troca de experiências entre os praticantes das humanidades e as comunidades parceiras envolvidas nas ações, permitindo que saberes plurais oxigenem a reflexão acadêmica, consubstanciando, ainda, renovadas formas de pensar e propor soluções para os problemas enfrentados.

Por fim, o terceiro eixo, intervenção pública, procura abarcar ações de engajamento cívico e de responsabilidade social avançadas por pesquisadores das Ciências Humanas que são realizadas em parceria com o poder público. Algumas iniciativas têm sido impulsionadas nesse sentido, voltadas para produção de estudos, levantamento de dados e construção de diagnósticos orientados para subsidiar elaboração, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas em áreas diversas. Essas ações promovem, a partir de diferentes perspectivas, uma interlocução mais direta entre os pesquisadores das humanidades vinculados às universidades e as agências do Estado, em âmbitos municipal, estadual e federal.

Nessa direção, a extensão universitária, alvo de políticas de fomento no interior das instituições de ensino superior e presentes, inclusive, nos debates em torno da reformulação das matrizes curriculares dos cursos de graduação, tem se mostrado o território institucional profícuo para a promoção e a efetivação das ações que compõem os três eixos das Humanidades Públicas há pouco elencadas. A partir deste campo de atuação, pesquisadores das Ciências Humanas associados às universidades públicas têm desenvolvido práticas extensionistas contemplando ações voltadas para a promoção do conhecimento público, do diálogo público e da intervenção pública. Na próxima seção, a proposta é analisar algumas iniciativas de engajamento e responsabilidade social no âmbito das ações extensionistas avançadas por praticantes do campo das humanidades nos últimos anos. Trata-se de uma amostra intencional e não exaustiva dos projetos em curso, elencada com intenção de ilustrar o andamento dos três eixos que compõem a categoria Humanidades Públicas.

---

[10] O conceito de "problema público", conforme destacado por Daniel Cefaï, diz respeito a uma questão que ganha destaque na esfera pública, tornando-se "um processo de experiência coletiva", passando a envolver e engajar "pessoas bem mais além daquelas que são diretamente atingidas, impelindo-as a formarem uma experiência comum, a se indignarem conjuntamente e a se mobilizarem em público". Nesse sentido, "[...] as pessoas se juntam, se associam, discutem, inquietam-se, indignam-se, começam a indagar, discutem de novo. Encontram aliados em quem se apoiar, políticos ou especialistas que retransmitem suas vozes, ou outras organizações com que se associar" (Cefaï, 2017, p. 196).

4 Extensão, Humanidades Públicas e a responsabilidade social das universidades

Ainda que a Política Nacional de Extensão Universitária tenha se expandido e se institucionalizado ao longo dos últimos anos, o processo de registro das informações sobre ações, projetos e programas de extensão desenvolvidos no âmbito das instituições de ensino superior carece de maiores homogeneização e padronização. Na atualidade, cada universidade pública possui um sistema próprio de registro dessas atividades, o que dificulta um levantamento quantitativo mais sistemático e abrangente das iniciativas em curso, comprometendo a possibilidade de traçarmos parâmetros comparativos seguros. Soma-se a isso o fato de que, a despeito dos recentes avanços proporcionados pelo debate acerca das matrizes curriculares desencadeado a partir do processo de curricularização da extensão, há uma considerável subnotificação no registro de projetos e iniciativas que podem ser qualitativamente enquadradas como atividades de extensão nos termos da discussão aqui proposta.

Prova disso são os dados coligidos pela Rede Nacional de Extensão (RENEX), que por meio de questionários dirigidos aos órgãos gestões da extensão nas universidades públicas realiza o Censo da Extensão Universitária[11] . A própria iniciativa que anima a realização desse Censo atesta, de alguma forma, a dificuldade existente para a sistematização das informações sobre as práticas extensionistas em âmbito nacional. Ainda assim, o documento indica o expressivo volume das ações, observado na diversidade das modalidades de iniciativas realizadas, no quantitativo de atores e comunidades parceiras envolvidos nos projetos, e mesmo no que diz respeito aos recursos empregados.

Segundo o último levantamento[12] , em 2022 o país contava com registro de 4.714 programas de extensão, 47.953 projetos, 32.515 eventos, 21.720 oficinas e cursos, 6.969 prestações de serviços, totalizando 113.871 atividades. Importa reforçar que o levantamento utiliza como metodologia o envio de questionários para os órgãos gestores, dependendo do seu retorno para a totalização dos dados, o que gera evidente subnotificação. Não obstante, os dados organizados pela RENEX indicam que o volume de ações informadas abriga as distintas áreas temáticas da extensão universitária – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho –, envolvendo 189.597 docentes do ensino superior, 2.170.015 estudantes matriculados em cursos de graduação, e 194.112 servidores técnico-administrativos[13] .

Dentro do debate aqui proposto acerca do estabelecimento do diálogo com públicos extra-acadêmicos em distintos territórios, o Censo traz informações proveitosas. De acordo com o estudo, as ações de extensão registradas envolveram um número estimado de 137.863.443 pessoas das comunidades externas, além de 683.226 docentes da rede pública de ensino[14] .

A dificuldade de sistematização dos dados há pouco mencionada é identificada pela pesquisa. Em síntese, além da falta de padronização dos sistemas existentes, das 160 instituições respondentes, 6,9% informaram que não possuem sistema de registro das atividades de extensão, e 14,4% disseram que o sistema estava, à época, em fase de construção. Mais da metade das instituições que participaram do levantamento reconheceram que, mesmo possuindo sistema próprio de registro, não possibilitam a consulta pública aos dados.

Por fim, o Censo coletou informações acerca

---

[11] Os dados foram coletados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), e encontram-se no portal da Rede Nacional de Extensão (RENEX). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/censo-da-extensao-universitaria Acesso em: 25 mar. 2025.

[12] Publicados em setembro de 2023, os dados tomam como ano-base 2022.

[13] No tocante à pós-graduação, os dados do Censo são promissores: 61,1% das instituições indicaram que incentivam a participação de estudantes de mestrado e doutorado em atividades de extensão, ao passo em que, das instituições que possuem programas, mais de 30% informaram que as horas de extensão são contabilizadas como atividades reconhecidas. Esse dado reverbera, de alguma forma, na existência de 85 periódicos dedicados ao tema. Aqui, porém, o argumento concentra-se nas ações desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação.

[14] O número de envolvidos pode, em algumas situações, envolver sobrenotificação, precisamente nos casos em que as mesmas comunidades envolvidas são mobilizadas por ações de extensão distintas, sendo, portando, contabilizadas de forma repetida.

do financiamento das atividades. Segundo os dados, 88% das instituições dedicam parte do seu orçamento para o custeio das atividades (incluindo bolsas), totalizando R$ 216.913.283 investidos. É interessante notar como em vários casos a extensão universitária é financiada com recursos próprios, dada, inclusive, a existência de agências de fomento dedicadas ao financiamento da pesquisa. Ainda assim, é notório o movimento do Forproex pela ampliação do financiamento, manifesto, por exemplo, na defesa da criação de um Fundo Nacional de Financiamento da Extensão, presente da Carta de Recife, que traz as deliberações do último encontro do Fórum regional[15] .

Os dados indicam, conforme argumento aqui em curso, a relevância das atividades de extensão realizadas nos últimos anos. Trata-se de um campo de atuação capaz de mobilizar um quantitativo de pessoas externas ao mundo universitário, além de envolver temas caros à agenda pública brasileira. Todavia, em que pese o esforço dos gestores da extensão universitária em organizar as informações há pouco mobilizadas, persiste a dificuldade de adensarmos no teor das ações. Diante desse cenário, a estratégia aqui proposta foi direcionada no sentido de selecionar alguns exemplos de práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito das universidades no campo das Ciências Humanas, notadamente com a intenção de ilustrar o andamento dos três eixos definidores da ideia de Humanidades Públicas. Trata-se, assim, de uma amostra intencional, construída com base na hipótese de que tais ações evidenciam potenciais contribuições para o fortalecimento da responsabilidade social da educação superior, conforme a descrição de suas ações sinaliza.

Dessa forma, no que concerne ao eixo conhecimento público, ao longo dos últimos anos, diversas iniciativas extensionistas têm sido desenvolvidas por pesquisadores das humanidades voltadas para a democratização e a popularização do conhecimento científico produzido no âmbito das universidades. No campo da História, por exemplo, houve uma expansão de ações impulsionadas por pesquisadores da área para promover uma maior difusão do conhecimento produzido no âmbito das universidades federais, tanto no crescimento das discussões relacionadas à história pública quanto como uma forma de reação ao fortalecimento dos discursos negacionistas na esfera pública. Ainda que muitas vezes não estejam oficialmente cadastradas como projetos de extensão, iniciativas como os sites "Café História" e "História da Ditadura", coordenados, respectivamente, por Bruno Leal, do Departamento de História da Universidade de Brasília, e Paulo Cesar Gomes, investigador ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF), reúnem pesquisadores de diferentes instituições do país para abordarem as temáticas históricas, especialmente temas "sensíveis" como a ditadura civil-militar, em linguagem e formato voltados para um público extra-acadêmico mais amplo.

Além disso, merecem destaque ações voltadas para a produção de oficinas nas escolas, podcasts e vídeos na plataforma YouTube, que buscam estabelecer uma comunicação pública mais ampla e contínua das humanidades com setores da sociedade externos à academia, de modo a promover a democratização do conhecimento. Nessa direção, chama a atenção o projeto "Racismo estrutural e interdisciplinaridade entre Sociologia e Filosofia", coordenador pelos professores Enrico Andrade de Oliveira e Junot Cornelio Matos, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que avança na problematização do modo como as disciplinas são ensinadas na escola, buscando diálogo com comunidades quilombolas, indígenas, africanas e diaspóricas. Já no campo da História, destacam-se projetos como "Brasil República Podcast" e "Tem Profissional de História Aí?", coordenados, respectivamente, pelas historiadoras Andréa Casa Nova Maia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Karla Carloni, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Tatyana Maia, do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

---

[15] Carta do 51º Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior da Região Nordeste (Forproex Nordeste), realizado entre 25 e 27 de outubro de 2022, em Recife, Pernambuco. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA-DE-RECIFE---FORPROEX-NORDESTE.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

Em relação ao eixo diálogo público, destacam-se iniciativas que buscam estabelecer parcerias com as comunidades externas no sentido de pautar a agenda pública e buscar soluções para questões prementes na vida coletiva. Tal eixo indica, em consonância com o amadurecimento do debate acerca da extensão universitária como prática dialógica de troca de saberes, que a ida dos estudantes e pesquisadores universitários para territórios externos às universidades públicas contribui, sobretudo, para a formação da própria equipe, oxigenando a reflexão e resgatando o engajamento com a realidade próxima. Nesse sentido, figura como exemplo o projeto "Parlamento Jovem", criado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em parceria com a PUC-MG, ainda em 2004, e que se enraizou pelo estado, alcançando atualmente 156 cidades. As ações são impulsionadas por pesquisadores das Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outras instituições, por meio da parceria com as Câmaras Municipais, alcançando milhares de estudantes. O projeto tem como comunidade envolvida jovens estudantes do ensino médio que vivenciam o cotidiano da vida parlamentar com o propósito de ampliar os conhecimentos sobre a política e sobre os instrumentos de participação nos Legislativos Municipais e Estadual. Ao colocar em contato os estudantes universitários com os jovens do ensino médio, o projeto cria oportunidades de diálogo nas oficinas realizadas sobre os problemas que invadem a realidade das cidades, convidando as comunidades a pensarem alternativas imaginadas a partir do exercício da política.

Em direção parecida, no campo da História, iniciativas como o projeto "Mais Teoria da História na Wiki", coordenado por um grupo de historiadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), propõe a construção coletiva do conhecimento em diálogo com grupos historicamente minorizados, de modo a fortalecer a presença de temáticas como gênero, sexualidade, raça e as epistemologias do Sul Global, na Wikipédia, no Wikidata e Wikimedia Commons, assim como no campo da Teoria da História. A realização de oficinas e minicursos alinhados com os princípios da ciência aberta avança da produção de conhecimento digital de forma inclusiva e acessível, escapando do conhecimento fechado dentro da universidade. Consoante às ações realizadas no âmbito do eixo diálogo público, merecem destaque iniciativas realizadas no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), da UFF, coordenadas por pesquisadoras como Hebe Mattos, Martha Abreu e Ana Lugão, voltadas para a realização de trabalhos de história oral em diálogo e parceria com descendentes de escravos, movimentos quilombola e jongueiro, que resultaram na produção de documentários, aplicativos para celular e roteiro de turismo de memória, em regiões como Pequena África, Quilombo do Bracuí, Quilombo São José e Jongo de Pinheiral. Projetos como estes são exemplares de ações que buscam promover espaços de interlocução entre pesquisadores das humanidades e públicos extra-acadêmicos para a construção participativa do conhecimento.

No que diz respeito ao eixo intervenção pública, as ações visam avançar na imaginação de alternativas para os problemas sociais, pautando sua atuação pelo diálogo propositivo com atores da sociedade civil e do poder público. Nesse sentido, destacam-se ações como o projeto "Construção da Coleta Seletiva em Viçosa-MG: perspectivas de mudanças e consolidação", coordenado pela professora Nádia Dutra de Souza, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV). O projeto manifesta uma duradoura ação extensionista que tem como objetivo melhorar a coleta seletiva na cidade, bem como aumentar o envolvimento da comunidade no processo por meio da sensibilização da população. Ocupado com a destinação dos resíduos sólidos e atento ao elemento da mobilização das associações no necessário diálogo para a imaginação de alternativas, o projeto figura como um interessante momento de realização da intervenção pública.

Na mesma direção, o projeto "Manutenção e fortalecimento de expressões agroecológicas e étnicas do povo Puri-Arrepiado (Serra do Brigadeiro)", coordenado pelo professor Gustavo Soares Iorio, do Departamento de Geociências da UFJF,

atenta para a promoção da sustentabilidade e da justiça social por meio da recuperação de práticas agrícolas baseadas na agroecologia. O projeto endossa a resistência cultural presente nos territórios afetados pelo avanço da mineração, propondo novas cartografias contra os interesses predatórios do mercado. Por sua vez, o projeto "Enfrentamento à Violência Política de Gênero: Construindo Redes de Mulheres na Política", coordenado por Marlise Matos, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pretende fortalecer ações de enfrentamento à violência política de gênero e, especialmente, à violência política contra as mulheres, através da constituição de uma rede de organizações e de mulheres. A proposta coordena ações de intervenção, trocas e diálogos com partidos políticos, entidades de mulheres e feministas da sociedade civil, Congresso Nacional e Procuradorias (ou Comissão) Estadual de Mulheres com a proposta de construção de redes de prevenção e enfrentamento.

Por fim, figura como exemplo relevante o projeto "Política Civil e saúde mental: caminhos de superação do sofrimento psíquico", coordenado pela professora Liana Lewis, do Departamento de Sociologia da UFPE. O projeto propõe a discussão da saúde mental a partir de experiência laborais, promovendo rodas de diálogo que conformam espaços de acolhimento e conscientização acerca dos problemas relativos ao padecimento psíquico entre profissionais da segurança pública.

Nesse sentido, a mobilização de alguns exemplos de projetos extensionistas nesta seção não teve a pretensão de cobrir de forma exaustiva as diversas iniciativas que têm sido desenvolvidas por pesquisadores das Ciências Humanas voltadas aos três eixos definidores da ideia de Humanidades Públicas, a saber, conhecimento público, diálogo público e intervenção pública. O objetivo foi o de mobilizá-los de modo a evidenciar de que maneira eles ilustram as potencialidades da extensão universitária no campo das humanidades no sentido de contribuir para o fortalecimento da responsabilidade social da educação superior no Brasil, promovendo a democratização do conhecimento, a ampliação do diálogo com públicos extra-acadêmicos e contribuindo com a formulação de políticas públicas, em diferentes regiões do país.

5 Considerações finais

A reflexão sobre a responsabilidade social da educação com foco na construção e defesa da democracia e da justiça social anima, de alguma forma, o próprio debate sobre o papel dos intelectuais na esfera pública, seus limites e possibilidades de atuação (Sousa; Perlatto, 2017). Em direção análoga, na abertura da 31ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida em Fortaleza em agosto de 1979, o sociólogo Florestan Fernandes interveio no debate "Brasil: Anos 70 – os intelectuais e a repressão", com o discurso "Tarefas dos intelectuais na revolução democrática". A provocação de Florestan à época, próxima ao argumento acerca das Humanidades Públicas aqui avançado, apresentava um dilema:

> Qual é o principal problema com que se defronta o intelectual na sociedade brasileira hoje? Devemos ir à luta com a intenção elementar da revanche ou temos que retomar os fios da história e combater a reação diretamente no terreno que permitirá destruir o regime ditatorial de uma vez para sempre? Em suma, denúncia ou combate? (Fernandes, 2011, p. 81)

Ainda que em distintos contextos, a questão posta por Florestan é proveitosa justamente porque reabre a discussão sobre ser a universidade um sujeito político coletivo capaz de avançar a defesa de uma forma mais democrática de sociedade. O próprio Florestan, em entrevista concedida um ano antes do discurso na SBPC, quando questionado sobre os episódios vividos no interior da Universidade de São Paulo em 1968, quando o movimento estudantil abriu confronto com a estrutura universitária com grande "euforia", disse:

> Naquela ocasião eu tinha uma posição de apoio total ao movimento chamado de reformas de estrutura, de oposição à ditadura. [...] Só que, no plano interior da Universidade, eu tinha um pequeno atrito com o movimento estudantil. Eu o apoiava inteiramente, mas discordava no fato de achar que o problema não era interno à Universidade. Tratava-se de lutar fora da Universidade. Inclusive eu dizia que a revolução não se fazia dentro da Universidade, que

> a Universidade de todos os países era uma instituição conservadora. [...] o atrito vinha mais daquilo que você chamou de euforia. Eu era contra essa euforia. Acho que, na luta política, é preciso ter uma visão mais concreta nas relações entre meios e fins. Nós não vivíamos numa sociedade democrática, na qual seria possível desafiar o regime existente na base do berro. Era preciso um esforço de organização, que não foi tentado (Fernandes, 2011, p. 354).

Ante o argumento aqui exposto a partir do conceito de Humanidades Públicas, a sugestão é a de que o desafio da educação no incremento da sua responsabilidade social gira em torno também do que Florestan denominou "esforço de organização". Tal esforço deve passar pela valorização dos novos sujeitos, pela permeabilidade às novas metodologias de ensino, pela disposição para o diálogo, pelo protagonismo na luta, pela denúncia e pelo combate que, conforme as ações de extensão universitária há pouco elencadas manifestam, podem ser apreendidas como formas complementares de atuação.

No presente, haja vista que os processos de democratização do acesso às universidades públicas no Brasil trouxeram, de alguma forma, o "trabalhador" para dentro da universidade (Braga, 2012), a prática da extensão – que a partir da Política Nacional de Extensão Universitária deixou de ser pensada como difusão de conhecimentos de dentro para fora, passando a ser entendida como um processo de diálogo, de troca, ou de "socialização" dos intelectuais universitários em comunidades externas de distintos territórios – pode constituir, ao lado de outras iniciativas, o "esforço de organização" almejado por Florestan. Sobretudo porque é por meio delas que a educação caminha na perseguição do conhecimento público, do diálogo público e da intervenção pública.

Referências

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho).

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série Legislação; n. 125).

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. Revista digital de direito administrativo, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

BROOKS, Peter. The Humanities and Public Life. New York: Fordham University Press, 2014.

BURAWOY, Michael. Presidential address: for public sociology. American Sociological Review, [s. l.], v. 70, n. 1, p. 4-28, 2005.

BURAWOY, Michael. Redefining the Public University. Global and National Contexts. In: HOLMWOOD, J. A Manifesto for the Public University. London: Bloomsbury, 2011. p. 27-41.

BURGOS, Marcelo Baumann. Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 1015-1054, 2012.

CALHOUN, Craig. Free Inquiry and Public Mission in the Research University. Social Research, [s. l.], n. 76, p. 901-932, 2009.

CALHOUN, Craig. The Public Mission of the Research University. In: CALHOUN, Craig; ROTHEN, Diana. Knowledge Matters. The Public Mission of the Research University. Columbia: Social Science Research Council, 2011. p. 1-32.

CALHOUN, Craig. The University and the Public Good. Thesis Eleven, [s. l.], n. 84, p. 7-43, 2006.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas. Novos Estudos CEBRAP, [s. l.], n. 107, p. 187-213, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a Universidade. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CLAWSON, Dan et al. (ed.). Public sociology: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century. Berkley: University of California Press, 2007.

COELHO, France Maria Gontijo. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. 2. ed. rev. ampl. Viçosa: Suprema, 2014.

DEUS, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FERNANDES, Florestan. Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Apresentação Heloísa Fernandes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Revisitando o Brasil; v. 4).

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIO BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Tradução Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (O Mundo, Hoje, v. 24).

GUTMAN, Yifat; WÜSTENBERG, Jenny (ed.). The Routledge Handbook of Memory Activism. New York: Routledge, 2023.

INSTITUCIONALIZAÇÃO da extensão universitária nas universidade públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Brasília: MEC/SESu, 2006.

KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. The Public Historian, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.

LEWIS, Philip. The Public Humanities Turn: The University as an Instrument of Cultural Transformation. Baltimore: Johns Hopkins University, 2024.

NEWFIELD, Christopher. Unmaking the Public University. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da Extensão Universitária no Brasil: trajetórias e desafios. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: Forproext/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. (Coleção Extensão Universitária; 8).

PERLATTO, Fernando. A imaginação sociológica brasileira: a sociologia no Brasil e sua vocação pública. Curitiba: CRV, 2016.

PERLATTO, Fernando. As mudanças estruturais das universidades públicas brasileiras: uma proposta dialética de interpretação. Pesquisa e Debate em Educação, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 13-27, 2013.

RUCH, Richard. The Rise of the For-Profit University. Baltimore: The John Hopkins University, 2001.

SALLES, João Carlos. Universidade pública e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020.

SMULYAN, Susan. Doing Public Humanities. New York: Routledge, 2020.

SOMMER, Doris. The Work of Art in the Word. Civic Agency and Public Humanities. Durham: Duke University, 2014.

SOUSA, Ana Inês; MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz. Gestão e institucionalização da Extensão Universitária. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: Forproext/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. (Coleção Extensão Universitária; 8).

SOUSA, Diogo Tourino de. 90 anos, e depois? O lugar da Universidade e o papel da extensão numa sociedade democrática. In: SOUSA, Diogo Tourino de; MORENO, Andrea; NEVES, Clóvis Andrade; VIEIRA, Luciano Baião (org.). Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Editora da UFV, 2017.

SOUSA, Diogo Tourino de; MORENO, Andrea; NEVES, Clóvis Andrade; VIEIRA, Luciano Baião (org.). Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Editora da UFV, 2017.

SOUSA, Diogo Tourino de; PERLATTO, Fernando. Universidade, vida pública e democracia: a extensão universitária como campo de atuação dos intelectuais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., Caxambu-MG, 2017. (Texto impresso).

THAYER, Willy. A crise não moderna da universidade moderna. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ZILLER, Joana et al. A extensão como forma de conectar saberes. In: MAYORGA, Claudia (org.). Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Fernando Perlatto

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Sociologia com estágio doutoral no Institute for Public Knowledge New York University (IPK-NYU). É bolsista de produtividade do CNPQ - Nível 2.

Diogo Tourino de Sousa

Professor do Departamento de Ciências Sociais (UFJF) e do Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia (ProfSocio). Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ).

Endereço para correspondência:

FERNANDO PERLATTO

Rua Antonio Altaf, n. 56, ap. 302, Cascatinha, 36033-330
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

DIOGO TOURINO DE SOUSA

Rua Vilela Filho, n. 85, ap. 801, Santa Helena, 36015-280
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Como citar este artigo:

Perlatto, F., & Tourino de Sousa, D. Humanidades Públicas: Extensão universitária, responsabilidade social e os públicos extra-acadêmicos. Estudos Ibero-Americanos, e47761. https://doi.org/10.15448/1980-864X.2026.1.47761

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.